

1933

Comissão Interministerial reunida para avaliar e sugerir formas de reorganização dos serviços estatísticos no Brasil apresenta o **anteprojeto de um Instituto Nacional de Estatística**. Formada por iniciativa de Juarez Távora, ministro da Agricultura do Governo Provisório (1930-1934) de Vargas, a comissão foi dirigida por Leo de Affonseca, chefe do recém-criado Departamento Nacional de Estatística. Seu relator foi **Mário Augusto Teixeira de Freitas**, então Diretor Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública, que viria a ser o primeiro secretário-geral do IBGE.

1934

Com a promulgação do Decreto nº 24.609, em 6 de julho, é criado o **Instituto Nacional de Estatística — INE**, entidade de natureza federativa com a finalidade de promover, fazer executar ou orientar tecnicamente o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República. Apesar de legalmente instituído, a instalação e o efetivo funcionamento do novo órgão ainda dependiam da nomeação de seu presidente, sem a qual não era possível a organização da Secretaria do Instituto nem convocação de sua Junta Executiva.

1936

Em 29 de maio, o Instituto Nacional de Estatística — INE é finalmente instalado por Getúlio Vargas, **que empossa José Carlos de Macedo Soares como seu primeiro presidente (1936-1951)**. A nova entidade deveria coordenar o Sistema Estatístico Nacional, nos moldes sugeridos pelo anteprojeto apresentado em 1933 e ratificados pelo Decreto 24.609, de 6 de julho de 1934.

No mesmo ano, **a Convenção Nacional de Estatística**, (11/ago) cria o **Conselho Nacional de Estatística — CNE**. A articulação entre os governos seria viabilizada com base no princípio da cooperação interadministrativa, por meio de acordo voluntário entre os Governos da União, do Distrito Federal, dos estados e do Território do Acre. A Convenção serviu como base legal para o que Vargas chamaria de "arcabouço dos sistemas de informação do país". O mesmo princípio seria mobilizado, em seguida, para integrar ao sistema os governos dos municípios e entidades privadas, tendo em vista os objetivos de racionalizar e padronizar a produção de levantamentos estatísticos no país, sempre sob a coordenação do Instituto.

1937

É criado, também com base no princípio da cooperação interadministrativa, o **Conselho Brasileiro de Geografia — CBG**, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística (INE) e autorizado a aderir à União Geográfica Internacional — UGI. O primeiro secretário-geral do CBG foi **Christovam Leite de Castro**, que tinha chefiado a Seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura entre 1933 e 1937. Tal Seção era subordinada à Diretoria de Estatística da Produção, que desde 1936 centralizava os "trabalhos de Cartografia Geográfica necessários à Estatística".

1938

Em 26 de janeiro, já sob a ditadura do Estado Novo, o Decreto-Lei nº 218 cria o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE). O IBGE terá dois órgãos colegiados e autônomos: o **Conselho Nacional de Geografia – CNG**, novo nome do CBG; e o Conselho Nacional de Estatística – CNE.

Em 2 de março, o Decreto-Lei nº 311, conhecido como **Lei Geográfica do Estado Novo**, determina nova Divisão Territorial do país e lança a "**campanha dos mapas municipais**". Como fruto desse trabalho, 1.574 municípios apresentariam sua "imagem cartográfica" na **Exposição Nacional dos Mapas Municipais**, inaugurada em todas as capitais do país no dia 29 de maio de 1940.

1939

Coordenada pelo engenheiro **Allyrio Hugueney de Mattos**, a **Campanha de Levantamento Intensivo das Coordenadas Geográficas das Sedes Municipais** marcou o **primeiro período de atividades geodésicas sistemáticas** realizadas pelo IBGE. Com o objetivo de atualizar a Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, cuja primeira edição fora publicada pelo Clube de Engenharia em 1922, um total de 602 coordenadas foram levantadas em cidades e vilas de todo o país, entre 1939 e 1943. No ano de 1944 o IBGE inciou a estruturação do **Sistema Geodésico Brasileiro – SGB**, que até 1978 estaria calcado em métodos de posicionamento denominados "clássicos" (triangulação, métodos astronômicos e poligonação geodésica, aplicados até meados dos anos 1990 com o recurso a equipamentos como teodolitos e medidores eletrônicos de distâncias).

Para saber um pouco mais sobre a Geodésia clique [aqui](#). Acesse também o conteúdo especial disponível no canal [IBGE 7 a 12](#).

1942

Entra em vigor a **nova Divisão Regional do Brasil**, que agrega as Unidades Federadas em 5 Grandes Regiões (com subdivisões internas), conforme proposta de **Fábio Macedo Soares Guimarães**: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Em 1945 seria estabelecida também a **Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas**, que o IBGE utilizou para divulgar dados estatísticos até 1970, quando nova regionalização do país seria baseada em microrregiões homogêneas.

No contexto da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), aumentava a demanda por dados estatísticos relevantes para a Segurança Nacional. No intuito de suprir essas necessidades, são criadas as **Seções de Estatística Militar**, instâncias coletoras de dados estatísticos localizadas nas capitais e submetidas à coordenação do IBGE e de órgãos militares regionais. Nesse mesmo ano tem início a celebração de **Convênios Nacionais de Estatística Municipal**, que regulamentam a criação e funcionamento de Repartições Municipais de Estatística – futuras **Agências Municipais de Estatística – AMEs** - como resultado do modelo de cooperação interadministrativa.

1943

Expedição ao Jalapão conclui levantamentos cartográficos necessários à confecção de uma das folhas da *Carta do Brasil ao Milionésimo*. Entre as décadas de 1940 e 1960, as **expedições geográficas do IBGE** contribuíram para afirmar o trabalho de campo como método de ensino e pesquisa de Geografia – sob influência de geógrafos

franceses que participaram da institucionalização dos cursos universitários da área no Brasil, a exemplo de Pierre Deffontaines e Francis Ruellan. Nesse período, disseminadas principalmente a partir da Seção de Estudos do CNG, as expedições serviram como instrumento do Estado brasileiro voltado ao reconhecimento e integração do território nacional, consolidando o IBGE como centro produtor de análises voltadas ao planejamento territorial. As expedições geográficas simbolizaram, enfim, o papel do CNG como referência nacional na estruturação do campo profissional da Geografia no Brasil, motivo por que as décadas de 1940 e 1950 são consideradas a "**época de ouro**" dos trabalhos geográficos de campo.

1944

Criação das **Inspetorias Regionais de Estatística Municipal – IRs**, representações que o IBGE mantinha em cada uma das Unidades da Federação. No intuito de viabilizar a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, às Inspetorias cabia prestar assessoria técnica às Agências Municipais de Estatística – AMEs. Entre suas atribuições incluía-se, ainda, a fiscalização do recolhimento do imposto sobre diversões públicas (a quota ou "**selo de estatística**"), criado em 1942 e implantado a partir de 1944, instrumento que constituía recursos para uma Caixa Nacional de Estatística Municipal, fundo voltado ao financiamento dos serviços estatísticos no país.

1952

"**Crise da estatística**": o general **Djalma Poli Coelho**, presidente do IBGE (1951-1952), divulga por meio da imprensa críticas às bases do Sistema Estatístico Nacional e aos procedimentos técnicos do IBGE, propondo reformas estruturais. Após forte reação interna, que incluiu a entrega de cargos e réplicas nos jornais, uma comissão é designada pelo governo federal para estudar e emitir parecer técnico sobre a questão. Suas conclusões inclinaram-se à defesa do modelo vigente, ainda que apontando para a necessidade de seu aprimoramento. Como desfecho, Polli Coelho deixaria a presidência em setembro de 1952 (embora tenha se afastado do cargo já a partir de junho daquele mesmo ano), sendo substituído pelo jurista e magistrado Florêncio de Abreu.

1953

Criação da **Escola Brasileira de Estatística**, dirigida por **Lourival Câmara** e (re)batizada, em 1954, com o nome de **Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE**. Concebida como espaço para a formação de técnicos de nível superior, visava a atender a demanda por pessoal qualificado para as novas e cada vez mais complexas pesquisas estatísticas no país. Primeira faculdade de Estatística do Brasil, a ENCE segue como parte do IBGE até hoje, oferecendo cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*

Saiba mais sobre a [História da ENCE](#).

1956

Realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional – UGI, tendo o Rio de Janeiro como sede. Não só o IBGE teve importante participação na organização do evento, como também auferiu destaque naquele foro de debate e deliberação, por meio das produções e intervenções efetuadas por membros de seu corpo técnico. O Congresso da UGI no Rio de Janeiro representou um marco

significativo para os geógrafos brasileiros, especialmente no que diz respeito à sua inserção na comunidade acadêmica internacional. Se até então eram vistos como discípulos de grandes ícones da Geografia mundial — como Pierre Deffontaines, Francis Ruellan, Leo Waibel, entre outros — a partir dali passaram a ser considerados como seus pares, reconhecendo-se a qualidade e excelência de seus trabalhos.

1960

O censo de 1960, sétimo da história do país, introduz técnicas de amostragem na produção de estatísticas. Para a apuração dos dados, a importação de um computador de grande porte produziu significativa repercussão: o **Univac 1105**, fornecido pela empresa *Remington Rand*, foi então chamado de "**cérebro eletrônico**".

1966

Comissão do Ministério do Planejamento sintetiza análises e críticas relativas ao Sistema Estatístico Nacional e elabora uma proposta de reforma. Coordenada por João Paulo dos Reis Veloso e sob a relatoria de **Henrique Flanzer**, a comissão elaborou um minucioso diagnóstico da atuação e das funções cumpridas pelo IBGE, identificando problemas e deficiências, elencando seus principais desafios e propondo possíveis medidas visando ao aperfeiçoamento dos serviços estatísticos no país.

No âmbito do IBGE é criado um grupo de trabalho com a missão de estudar e planejar a montagem de um programa nacional de pesquisas domiciliares por amostragem em bases contínuas. Como resultado, **no ano seguinte** é iniciada a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD**, que em pouco tempo estaria consolidada como uma das principais pesquisas estruturais do IBGE, fonte de informações em escala nacional sobre diversos aspectos socioeconômicos que compõem a realidade brasileira

1967

A Reforma Administrativa Federal, iniciada pela ditadura civil-militar ainda no governo Castelo Branco (1964-1967), transforma a antiga autarquia IBGE em **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (sem alteração da sigla). Com a mudança, o IBGE estaria subordinado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Antes disso, o INE/IBGE fora ligado diretamente à Presidência da República, de 1934 a 1964, e ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, de 1964 a 1967.

Com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, a Fundação nasceu composta por três órgãos autônomos: Instituto Brasileiro de Estatística — IBE; Instituto Brasileiro de Geografia — IBG e Escola Nacional de Ciências Estatísticas — ENCE. Os funcionários da Fundação teriam ainda que optar, até 1973, entre a migração para o **regime de trabalho celetista** e a permanência nos quadros em extinção do IBGE, sob o regime estatutário.

Criação da **Comissão de Cartografia — COCAR**, instância inserida na estrutura do IBGE e responsável pela elaboração da política nacional de cartografia.

1968

Realização da **I Conferência Nacional de Estatística – CONFEST**, de 29 de maio a 4 de junho, e da **I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE**, de 23 a 30 de setembro.

A I CONFEGE alarga os espaços institucionais para o desenvolvimento da **Geografia Quantitativa** no país – a exemplo do que já ocorria nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, por influência dos trabalhos de **Brian Berry, John Peter Cole** e de outros geógrafos estrangeiros, alguns dos quais visitaram o IBGE entre 1967 e 1969. Ao longo da década de 1970, a "revolução quantitativa" na metodologia de trabalho do Departamento de Geografia (DEGEO) do IBGE, chefiado por **Marília Galvão** (e especialmente do Grupo de Áreas Metropolitanas – GAM, sob a liderança de **Speridião Faissol**), marcaria a crescente utilização das análises espaciais como ferramentas do planejamento socioeconômico, garantindo a influência dos geógrafos do IBGE nessa área em expansão.

1971

Criação do **Instituto Brasileiro de Informática – IBI** como um dos órgãos autônomos da Fundação IBGE. O IBI seria o responsável pelo processamento dos dados necessários às atividades da instituição e pela automação do acesso a informações indispensáveis ao planejamento socioeconômico. Novos equipamentos da marca IBM seriam introduzidos para adequar o processamento dos dados às necessidades do órgão.

Com a criação da **Rede Nacional de Agências de Coleta** (que seguiu-se à criação, no ano anterior, da Rede Nacional de Núcleos de Coleta Estatística), começa a configurar-se um **novo modelo** para o Sistema Estatístico Nacional – SEN : a progressiva extinção das **Agências Municipais de Estatística – AMEs**, entre 1971 e 1973, explicita o reforço do papel do IBGE na produção direta de dados estatísticos, sem renunciar às atividades do órgão relativas à coordenação do SEN.

1972

Realização, como eventos conjuntos, da **II CONFEST** e **II CONFEGE**, entre 28 de novembro e 11 de dezembro.

1973

Durante a presidência de **Isaac Kerstenetzky (1970-1979)**, a Fundação passa por profundas **reformas estruturais**: em 1973, foi **superada a autonomia dos seus quatro órgãos (IBE, IBG, IBI e ENCE)** por meio da integração dos serviços estatísticos, geográficos, cartográficos e geodésicos do IBGE. Em 1975, **novo Estatuto** completa as transformações estruturais na Fundação, que afirma-se como **órgão de produção de informações e estudos destinados especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional**, agora sob a supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Criação das primeiras 9 **Regiões Metropolitanas** do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador. A esse conjunto seria somada a Região metropolitana do Rio de Janeiro, um ano depois. A Constituição Federal de 1988 facultaria aos estados a instituição de Regiões Metropolitanas, que no Censo 2010 já eram 36 (além de 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs).

1974

Início da realização dos trabalhos de campo do **Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF**, concluídos em 1975. Para a coleta dos dados, os agentes do IBGE visitavam cada domicílio durante uma semana. Eram pesquisadas informações detalhadas sobre orçamentos e hábitos alimentares das mais de 50 mil famílias da amostra. O ENDEF constituiu uma pesquisa pioneira, emblemática da gestão Kerstenetzky (1970-1979), na medida em que associava **métodos de pesquisas qualitativas**, típicos das ciências sociais, à produção de dados quantitativos por meio de pesquisas domiciliares, que o IBGE já executava desde fins dos anos 1960.

Realização do **primeiro levantamento sobre saneamento básico no Brasil**, através de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o IBGE, cabendo ao IBGE a responsabilidade pela operação de coleta. A partir de 1977 o IBGE passa a executar todas as etapas da pesquisa

1975

O IBGE inaugura a **Reserva Ecológica do Roncador – RECOR**, a 30 km do centro de Brasília, em gleba que fora doada pelo Governo do Distrito Federal em 1961. Concebida para ser uma unidade de conservação e pesquisa científica sobre o Cerrado, foi rebatizada, em 1978, como Reserva Ecológica do IBGE, mantendo-se a sigla original. Antes disso, ainda em 1973, o IBGE criara a Superintendência de Recursos Naturais – SUPREN, que em 1975 passou a chamar-se Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Com tais iniciativas, a gestão Isaac Kerstenetzky (1970-1979) assinalava sua sintonia com as questões ambientais, então emergentes na agenda mundial, como evidenciado no *Relatório do Clube de Roma* (1972) e na I Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo (1972). Em 1993 a RECOR foi incluída pela UNESCO entre as Áreas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado; e desde 2002 também faz parte da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central.

Novo Estatuto completa as transformações estruturais a que o IBGE vinha sendo submetido desde 1967, consolidando-se o órgão como instância de produção de informações e estudos destinados ao planejamento econômico e à segurança nacional.

1978

Criação do **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNPC**, com a finalidade de disponibilizar instrumentos que permitissem o acompanhamento da variação de preços e de produtos e serviços no país. No ano seguinte teriam início as séries históricas do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC** e do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**.

1979

Publicação da versão final da primeira **Matriz de Relações Intersetoriais** (matriz de insumo-produto), sistematizando dados relativos aos principais fluxos reais verificados na economia nacional.

Publicação do primeiro relatório de indicadores sociais produzido pelo IBGE, trabalho voltado ao estudo da estrutura social brasileira, articulando a análise das características mais gerais da esfera de produção e repartição

(divisão de trabalho, mobilidade ocupacional, distribuição de renda) à análise específica das condições de subsistência social dos grupos de baixa renda.

1980

Implantação da **Pesquisa Mensal de Emprego – PME**, inquérito voltado à produção de indicadores mensais sobre a força de trabalho, a partir de levantamentos realizados em domicílios brasileiros. Inicialmente a pesquisa abrangia as Zonas Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas poucos meses após o seu lançamento foi expandida às Zonas Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

1984

No ocaso da ditadura militar, em um contexto marcado pelo surgimento de novas lideranças, estratégias e formas de organização no movimento sindical, a chapa "**Revirada**" vence eleição da Associação dos Servidores do IBGE (ASSIBGE) com mais de 70% dos votos. A proposta de uma atuação sindical combativa, autônoma e atrelada aos movimentos e lutas sociais dá impulso a um processo de forte mobilização dos trabalhadores ibgeanos. Seguindo tal tendência, em 1987 a ASSIBGE se filia à Central Única dos Trabalhadores – CUT, ratificando uma pauta de novo tipo, incorporando, para além das relações de sociabilidade, as lutas envolvendo questões salariais, institucionais, políticas e demais interesses gerais dos trabalhadores. Em 1992, a ASSIBGE e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Instituições e Fundações Públicas Federais de Pesquisas Estatísticas e Geográficas (SINPEG), surgido de um racha no movimento em 1989, seriam fundidos no Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística, atual **ASSIBGE – Sindicato Nacional (ASSIBGE-SN)**.

A ENCE dá início à oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

1985

Com o retorno à democracia, o IBGE passa por grandes mudanças: durante a gestão de **Edmar Bacha** (1985-1986) é criada uma **Comissão de Reforma Administrativa (CRA)**, que propõe "Um novo IBGE para uma Nova República". Entre os objetivos da CRA estavam a revisão da missão institucional do IBGE, a desburocratização, a descentralização de decisões, a informatização de técnicas e processos, a melhoria nas relações com a imprensa e com o conjunto de funcionários e a "promoção da comunidade ibgeana", entre outros.

O **Projeto RADAM-BRASIL**, criado em 1970 com o nome de RADAM (ligado ao Ministério de Minas e Energia) para coletar dados sobre os recursos naturais do território brasileiro, é transferido ao IBGE – o que se efetivaria apenas a partir do ano seguinte, com a absorção do acervo de dados e do corpo técnico do Projeto. Além disso, a Região Amazônica é integrada ao SGB (com a ajuda do sistema TRANSIT de rastreamento de satélites artificiais, adotado em 1978), viabilizando o mapeamento sistemático da área.

1986

Como resultado dos trabalhos da CRA, o IBGE passa por uma ampla reestruturação organizacional, entre cujas medidas destaca-se a criação do **Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI**: no espírito da "Nova República", o IBGE procurava abrir-se à sociedade.

O IBGE assume o cálculo das **contas nacionais**, função desempenhada pela Fundação Getúlio Vargas desde 1947.

1987

Início da **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF**. Tendo como precedente a experiência pioneira do ENDEF, a POF tem como objetivo fornecer informações sobre a composição dos orçamentos domésticos, a partir da investigação dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas. As informações da pesquisa são aplicadas na atualização das estruturas de ponderações, necessárias para a produção dos Índices de Preços ao Consumidor e também da participação das despesas das famílias no cálculo das Contas Nacionais. Além disso, permitem estudar a evolução dos hábitos de consumo das famílias e possibilitam os mais variados estudos sobre diferentes aspectos relacionados à população brasileira, servindo ainda como base para o desenvolvimento de ações de planejamento econômico.

1989

Realização da III CONFEST. Excepcionalmente, a CONFEGE não é realizada.

1990

É promulgada, com efeitos financeiros a partir de 1991, a Lei 8.112/90, que instituiu o **Regime Jurídico Único (RJU)**, aplicável a todos os servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações públicas federais. A partir de então, o regime de trabalho dos servidores do IBGE deixaria de ser o celetista, implementado na Fundação desde 1967, e passaria ao regime estatutário.

As tradicionais **Delegacias do IBGE – DEGEs** dão origem a **Escritórios Estaduais – ESETs**, coordenados por 10 **Departamentos Regionais – DEREs** então criados. Cada DERE é subordinado diretamente ao Presidente do IBGE e coordena um ou vários ESETs. Em 1992, todos os ESETs seriam transformados em **Divisões de Pesquisa – DIPEQs** (uma para cada Unidade da Federação), sob a coordenação de 8 DEREs.

1994

Logo no início da **gestão Simon Schwartzman (1994-1998)**, é contratada uma **Missão do instituto de estatística canadense**, que visita o IBGE entre 26 de agosto e 9 de setembro de 1994 com o objetivo de produzir avaliação global da instituição. Liderados por **Jacob Ryten**, os técnicos do *Statistics Canada* propuseram mudanças como a melhoria da comunicação interna, o desenvolvimento de uma consciência de custos, uma orientação voltada ao cliente e a garantia de estabilidade de sua direção superior, a salvo de interferências políticas.

Após uma década de grave instabilidade institucional no IBGE (e no país), coincidem os processos de estabilização monetária da economia brasileira, devido à implementação do **Plano Real**, e de **estabilização política do órgão**, que consolidaria cada vez mais sua autonomia técnica. A gestão Simon Schwartzman deixou um legado de grandes transformações institucionais, mas terminou sem concretizar seu projeto de conversão do

IBGE em Agência Executiva com autonomia financeira, regime de trabalho celetista e um contrato de gestão com o governo federal.

1995

Ganha impulso o processo, iniciado em 1984, de transformação da base de informática do IBGE: de um sistema tradicional, centralizado num *mainframe*, para um modelo descentralizado em redes interligadas de microcomputadores e servidores, com conexão à intranet por meio de redes locais distribuídas.

Essa "**revolução tecnológica**" resultou na progressiva implantação de terminais de microcomputadores para o uso de parcela crescente dos servidores da instituição, somada à utilização da internet como instrumento de divulgação de informações produzidas pelo IBGE. Data desse mesmo ano a primeira "versão" do **portal do IBGE na web**, em momento coincidente com o primeiro *boom* da internet no Brasil.

Realização de pesquisa de atualização cadastral, o Censo Cadastro, propiciando a Montagem do Cadastro Central de Empresas — CEMPRE. Com isso, os censos econômicos quinquenais são substituídos por pesquisas anuais de base amostral.

1996

Realização do **I Encontro Nacional dos Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (IV CONFEST/III CONFEGE)**

Começa a ser implantada a **Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo — RBMC**, com a instalação das estações de Curitiba (PR) e Presidente Prudente (SP). A RBMC é constituída por um conjunto de estações com receptores GNSS que operam 24 horas por dia. Foi a primeira rede estabelecida na América do Sul, com o objetivo de materializar a estrutura geodésica no Brasil e servir de ligação com as redes geodésicas internacionais. As estações da RBMC são materializadas através de pinos de centragem forçada cravados em pilares estáveis. Além dos receptores GPS de dupla frequência, que coletam e armazenam continuamente observações do código e da fase da onda portadora dos satélites, as estações são dotadas de antenas do tipo choke-ring, microcomputadores e sistemas de fornecimento de energia elétrica.

1997

Primeira edição do **Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa — CDHP**, que simula as etapas de uma pesquisa domiciliar por amostragem, do planejamento até a coleta de dados em campo. Alicerçado no modelo do *Survey Skills Development Course* do *Statistics Canada*, o CDHP foi uma das principais inovações introduzidas em meio a um processo de reformulação da política de capacitação do IBGE, iniciada em 1995. Além do CDHP, a ENCE executa sistematicamente, desde 1996, um Programa Anual de Treinamento — PAT, oferecendo aos servidores da instituição cursos presenciais de curta duração, além de cursos em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública — ENAP (estes iniciados em 1998).

Criação do **Banco de Dados de Recursos Naturais — BDRN**, em ambiente digital, utilizando Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) e a tecnologia de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Posteriormente evoluiu para o **Banco de Dados e Informações Ambientais (BDIA)**, como é conhecido atualmente.

1998

A ENCE passa a oferecer **curso de pós-graduação *stricto sensu* — Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais**.

O IBGE assume parceria com o Sistema de Vigilância da Amazônia — SIVAM e elabora a **conversão para o meio digital e a atualização do mapeamento da Amazônia Legal na escala de 1:250.000**. Também é executado o mapeamento temático de Vegetação, Geomorfologia, Pedologia e Geologia.

2002

Nova reformulação na rede de coleta do IBGE, de acordo com recomendações do **Projeto Presença** (1999): são extintos os DEREs e as DIPEQs. Cada Unidade da Federação passa a contar com uma Unidade Regional do órgão: são as 27 **Unidades Estaduais (Ues)** do IBGE, que incorporam prerrogativas administrativas antes restritas aos DEREs.

2005

Adotado o **Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas — SIRGAS**, por meio do decreto Nº 5.334, publicado em 07 de janeiro. O **SIRGAS 2000** somava-se aos demais referenciais então em uso no Brasil: South American Datum 1969 — SAD 69 e Córrego Alegre.

2006

O IBGE, desde 1993 vinculado à carreira de Ciência e Tecnologia (C&T), passa a dispor de um **Plano de Carreiras e Cargos** próprio – como ocorreria, durante o governo Lula (2003-2011), em diversos outros órgãos do governo federal.

Realização do II Encontro Nacional dos Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais.

2007

Após longo período de debates, é estruturado o **Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares — SIPD**, um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares baseado na condução coordenada do planejamento, execução, análise e disseminação dos resultados de diversas pesquisas. Uma característica importante do SIPD é que a amostra de cada uma das pesquisas que o integram corresponde a uma parte ou a integralidade de uma amostra mestra, sendo harmonizados os conceitos e processos nelas utilizados. O novo arcabouço foi criado com o objetivo de, a partir da otimização de esforços e recursos, garantir uma oferta eficiente de informações estatísticas, mais adequada às demandas da sociedade brasileira

2008

Instituição da **Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais — INDE**, com o objetivo inicial de integrar e disseminar dados geoespaciais mantidos por instituições das três esferas do governo brasileiro. Tais dados são utilizados, por exemplo, para subsidiar a elaboração de políticas públicas e privadas, como o traçado de uma rodovia, a construção de uma usina hidrelétrica ou a instalação de um pólo industrial. O **Portal SIG Brasil**, inaugurado em 2010, reúne e disponibiliza gratuitamente, por meio de geoserviços, os dados e informações geoespaciais (IG) integrados à INDE, fornecidos gratuitamente a qualquer usuário com acesso à internet.

Lançamento da **Escola Virtual IBGE**, ferramenta através da qual a ENCE passa a oferecer cursos na modalidade de **Ensino a Distância**.

2010

O **Censo 2010** introduziu nova base territorial digital única que viabilizou a utilização, por todos os recenseadores, de **computadores de mão equipados com GPS** (os "PDAs", testados em operações censitárias desde 2007). Assim, além da possibilidade de investigação de novos temas, o XII Censo Demográfico do Brasil incrementou garantias de qualidade dos dados coletados e agilizou a apuração e divulgação dos resultados produzidos.

Presença do IBGE no **microblog Twitter** inaugura a participação do Instituto nas **redes sociais**. Em 2012 a página oficial do IBGE estreia no **Facebook**, em 2014 no **Youtube** e em 2015 no **Instagram**.

2011

Wasmalia Bivar é a primeira mulher a ser nomeada presidenta do IBGE, no ano inaugural do governo de Dilma Roussef.

Disponibilização da primeira versão do **Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB**

Início da implantação, ainda em caráter experimental, da **PNAD Contínua**. Já no ano seguinte a pesquisa é efetivada, abrangendo todo o território nacional. A PNAD Contínua constitui uma das pesquisas que compõem o SIPD, tendo como objetivo a produção de informações sobre a força de trabalho no país, migração, entre outros temas socialmente relevantes. Por contemplar maior número de municípios, setores censitários e domicílios, permitindo um ganho considerável na precisão das estimativas, em pouco tempo a PNAD Contínua substituiria a PNAD e a PME, que em meados da década seriam encerradas.

2012

Início da participação do IBGE no **Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais**, atuando na validação e geração de bases cartográficas para o mapeamento de suscetibilidade a movimentos de massa, enchentes e inundações.

2013

O IBGE disponibiliza a **Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala de 1:250.000 — BC250** que passa a recobrir todo o território nacional numa escala em maior detalhe com relação à Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo (1:1.000.000) — BCIM. Fundamental como ferramenta para as atividades de gestão e planejamento estatal e privado, a nova escala também é instrumento relevante para órgãos e setores que trabalham com o meio ambiente.

2014

Além do curso de mestrado, a ENCE passa também a oferecer **curso de doutorado** no agora renomeado **Programa de Pós-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas**.

2015

Após a elaboração e publicação da **Política de Comunicação**, entra no ar a nova **Intranet do IBGE**, com o papel estratégico de facilitar os fluxos de informação e a interação entre os ibgeanos, ativos ou aposentados, de todo o país.

Realização do 60º Congresso Mundial de Estatística, organizado pelo **International Statistical Institute — ISI**, na cidade do Rio de Janeiro. Durante o Congresso, o professor da ENCE, **Pedro Luís do Nascimento Silva**, foi nomeado Presidente do Instituto de Estatística Internacional.

Realização da **27ª Conferência Internacional de Cartografia**, organizada pela **International Cartographic Association — ICA**, na cidade do do Rio de Janeiro. Realizado pela primeira vez na América Latina, o evento conta com importante participação do IBGE, consolidando sua inserção no cenário cartográfico internacional.

Webcast marca a evolução da comunicação de áudio e vídeo *online* do IBGE. Com transmissão ao vivo, o sistema permite a integração das unidades e agências do IBGE, em todo o país, independentemente de sua localização e recursos tecnológicos disponíveis.

O **SIRGAS 2000** torna-se o único sistema geodésico de referência oficialmente adotado no Brasil.

2016

No ano em que o IBGE completa 80 anos, o **Brasil assume pela primeira vez a Presidência da Comissão de Estatística da ONU**, sendo representado por Wasmália Bivar, servidora de carreira e então presidente do IBGE.

Realização da **3ª Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais — INFOPLAN**. Marco nas comemorações dos 80 anos do IBGE, o evento apresentou sessões plenárias centradas no tema “Informações para o Planejamento” que constituíram um espaço importante para reflexões, avaliações e proposições a partir de questões e desafios que foram colocados em torno da abordagem “Coordenação para o Planejamento”. Durante a 3ª Conferência aconteceu a exposição “80

anos de IBGE, 80 anos de Brasil”, uma viagem ao longo do tempo através de textos, imagens e gráficos que mostravam diversos momentos da história do país nas últimas oito décadas.

A RBMC passa a operar com **131 estações**. Destas, 99 possuem serviço de posicionamento em tempo real distribuídas em todos os estados do território nacional.

2017

Criação da **Agência IBGE Notícias**, grande avanço na área da comunicação das estatísticas e geociências. A partir da rica produção do Instituto, a agência produz conteúdo multimídia que é distribuído diretamente para a sociedade.

Início dos trabalhos do **11º Censo Agropecuário brasileiro**, o décimo realizado pelo IBGE. O Censo Agro 2017 foi inteiramente digital e monitorado via internet, sendo os dados coletados por meio dos Dispositivos Móveis de Coleta — DMCs, semelhantes a smartphones comuns. Os DMCs rodam um aplicativo desenvolvido pelo próprio IBGE, que utiliza GPS e imagens de satélite de cada setor censitário, assinalando a posição do recenseador no terreno e indicando a localização e os endereços dos estabelecimentos a serem recenseados. O aplicativo do DMC orienta o preenchimento do questionário. À medida que o recenseador finaliza suas tarefas diárias, os dados já começam a ser transmitidos via internet e conferidos pelos supervisores.

Os primeiros módulos temáticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD-C, foram divulgados e mostraram a desigualdade econômica e social e as diferenças regionais por meio das estatísticas de Educação, Trabalho Infantil, Rendimentos de Todas as Fontes, Outras Formas de Trabalho e Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores.

Reformulação do **Portal do IBGE** na internet.

Na Escola Nacional de Estatísticas – ENCE, a defesa da **primeira tese de Doutorado** mostrou a consolidação da ENCE como centro de excelência em pesquisas.

Na área de geociências, o estudo **Tipologia Intraurbana - Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil** mostrou as condições de vida em que vivem as populações nos centros urbanos. Outros marcos importantes foram a conclusão do **Mapeamento de Recursos Naturais - 120 folhas, na escala 1:250.000** (temas geologia, geomorfologia, pedologia e vegetação) e a atualização da **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**, trabalho que apresentou um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional nos últimos vinte anos.

Essa é uma versão adaptada da linha do tempo sobre a História do IBGE disponível no site Memória IBGE. Ela contém apenas informações escritas. A versão original dessa síntese está em <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/linha-do-tempo>>, atualizada e acompanhada de farta iconografia. São mais de 100 imagens rigorosamente escolhidas que permitem a construção e apresentação de um outro tipo de narrativa histórica.

Equipe Técnica

Textos e seleção de imagens:

Memória IBGE (CDDI/GEBIS)

Claudio Faria Marques, Fábio Mauro de Carvalho Leite, Leandro Malavota e Vera Abrantes

Levantamento de dados e pesquisas documental, bibliográfica e iconográfica:

Equipe Memória IBGE (CDDI/GEBIS)

Claudio Faria Marques, Fábio Mauro de Carvalho Leite, Leandro Malavota e Vera Abrantes

Colaboração e revisão:

Moema José de Carvalho Augusto e Marco Aurélio de Almeida Lima

Nota técnica

Eleger marcos históricos para sintetizar a trajetória de uma instituição quase octogenária demanda opções sempre subjetivas sobre o que será incluído e o que não será abordado. Os critérios utilizados pela Equipe de Memória Institucional para enfrentar um desafio dessa envergadura obedeceram a um princípio basilar: apresentar, em linguagem acessível e em espaço reduzido, um panorama da história do IBGE que refletisse todas as suas dimensões. Ou seja, as difíceis escolhas dos marcos cronológicos que deveriam ser omitidos foram sempre subordinadas à necessidade imperiosa de contemplar tanto a história das atividades estatísticas quanto das atividades geocientíficas do órgão ao longo de mais de sete décadas. Mas julgamos imprescindível incluir também os episódios mais emblemáticos das mudanças na estrutura organizacional do IBGE, de sua rede de coleta, de sua faculdade (a ENCE) e dos regimes de trabalho e formas de organização de seus trabalhadores.

Também mereceu cuidado especial a seleção das imagens apresentadas ao lado dos textos sobre os episódios e processos históricos incluídos na linha do tempo. A iconografia foi utilizada não apenas como mera ilustração do texto em si, mas sim como um tipo específico de texto (não escrito), que frequentemente assume dinâmica narrativa própria e/ou complementa informações que não foram explicitadas no curto espaço disponível para expressá-las por meio de palavras. Não raro, por exemplo, a imagem associada ao “verbete” de determinado ano foi produzida em momento posterior. Por todos esses motivos, as legendas das imagens, além de atribuir os devidos créditos aos respectivos autores (quando isso foi possível) e de identificar as fontes de onde foram reproduzidas, também buscaram servir de guia de “leitura” desse “texto” visual.

Nós sabemos dos riscos que assumimos ao fazer tais escolhas e, por isso mesmo, contamos com a colaboração dos usuários do *site* para melhorar o resultado final. Por exemplo, se você vir uma fotografia em que uma pessoa ou evento retratado não estiver identificado, e você souber de que(m) se trata, colabore conosco para melhorar a qualidade das informações disponíveis. Do mesmo modo, se você identificar uma data ou nome incorreto, pedimos que nos comunique. Em suma, se você tiver qualquer correção, alteração, inclusão, crítica ou sugestão a fazer sobre essa linha do tempo (ou sobre qualquer outra informação disponibilizada no *site* Memória IBGE), por gentileza nos envie um e-mail indicando a informação a incluir ou substituir e a respectiva fonte dos dados informados, para que possamos incorporá-los após confirmar a sua exatidão: memoria@ibge.gov.br. A

Equipe de Memória Institucional do IBGE expressa antecipadamente os seus agradecimentos por qualquer contribuição enviada para incrementar a qualidade do site.

Observação: Devido a limitações de espaço, alguns dos anos elencados como marcos cronológicos na linha do tempo reúnem mais de um acontecimento ou processo histórico na mesma “entrada”. Palavras, expressões ou nomes destacados em negrito assinalam a qual evento ou processo cada parte do “verbete” faz referência.

Fontes consultadas

(listagem não exaustiva)

Arquivos

Acervo ASSIBGE-SN/Núcleo Canabarro – Rio de Janeiro (RJ)
Acervo Fotográfico IBGE (CDDI/COMAR) – Rio de Janeiro (RJ)
Acervo Fotográfico IBGE (CDDI/GEBIS) – Biblioteca Isaac Kerstenetzky, Rio de Janeiro (RJ)
Acervo Memória IBGE (CDDI/GEBIS) – Biblioteca Isaac Kerstenetzky, Rio de Janeiro (RJ)
Biblioteca Nacional – Centro de Referência e Difusão/Coordenadoria de Publicações Seriadadas

Bibliografia

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998: uma relação entre documento e memória*. 2000. 634 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2v. Orientadora: Lia Osório Machado. Disponível em: <http://www.robertoschmidt.ggf.br/publicacoes/downloadpdf.php?arquivo=tese_doutorado>. Acesso em: maio 2012.

AUGUSTO, Moema José de carvalho. *Linha do tempo da DGC*. Rio de Janeiro: [s.n], 2016.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. *IBGE: um retrato histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, 5).

IBGE. Diretoria de Geociências. Relatório “Ajustamento da rede planimétrica do Sistema Geodésico Brasileiro”, jul. 1996. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/geodesia/rel_sad69.pdf>. Acesso em: maio 2012.

MACIEL, Maria Ivone Costa e Silva; BESERRA, José Damião Pinto et al. *Memória Institucional da Unidade Estadual do IBGE no Pará*. Pará: IBGE, UE/PA-SDI, 2011. 38 f. (mimeo)

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, CDDI, 1993. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, 4).

SENRA, Nelson de Castro. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3. Estatísticas organizadas (c.1936-1972). Prefácio por Angela de Castro Gomes.

_____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 4. Estatísticas formalizadas (c.1972-2002)". Prefácio por Gilberto Hochman.

Sites

<ftp://geoftp.ibge.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://7a12.ibge.gov.br>

<http://www.ence.ibge.gov.br/web/ence>

<http://www.inde.gov.br>

<http://www.concar.ibge.gov.br>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/>